Do Empreendedorismo ao Associativismo: Estratégias de Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Rural em Comunidades Vulneráveis

From Entrepreneurship to Associativism: Strategies for Productive Inclusion and Rural Development in Vulnerable Communities

Kauã dos Santos Nunes
Instituto Federal do Sertão Pernambucano, Campus Petrolina Zona Rural. Petrolina, Pernambuco(PE),Brasil
Cícero Junior Nascimento Filho
Instituto Federal do Sertão Pernambucano, Campus Petrolina Zona Rural. Petrolina, Pernambuco(PE),Brasil
Viviane Nunes dos Santos
Universidade Federal do Vale do São Francisco. Petrolina, Pernambuco(PE),Brasil
Jeane Souza da Silva
Instituto Federal do Sertão Pernambucano, Campus Petrolina Zona Rural. Petrolina Pernambuco(PE),Brasil
Rosemary Barbosa de Melo
Instituto Federal do Sertão Pernambucano, Campus Petrolina Zona Rural. Petrolina, Pernambuco(PE),Brasil

1.1.6 GT6. Cooperativismo, associativismo e demais ações coletivas no meio rural

Resumo: O presente estudo tem como objetivo promover o empreendedorismo voltado ao associativismo em uma comunidade rural em situação de vulnerabilidade, especificamente no Acampamento José Arnaldo, vinculado ao MST. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, desenvolvida por meio de intervenção extensionista. Inicialmente, realizou-se um diagnóstico socioeconômico da comunidade, identificando limitações como baixa organização produtiva, acesso restrito ao mercado e geração de renda instável. A partir disso, foram implementadas ações de capacitação, oficinas e atividades participativas voltadas ao desenvolvimento de habilidades empreendedoras e à organização coletiva. Como principais resultados, destaca-se a criação de protótipos de ações empreendedoras e confecção de material de apoio ao processo de desenvolvimento/fortalecimento da cooperação, fomento à comercialização e melhoria na geração de renda a partir de produção de hortaliças. Além disso, observou-se o desenvolvimento de iniciativas individuais, posteriormente articuladas ao associativismo, ampliando os impactos socioeconômicos. Conclui-se que a integração entre empreendedorismo e associativismo constitui uma estratégia eficaz para inclusão produtiva, fortalecimento comunitário e redução das desigualdades no meio rural, sendo potencializada por ações contínuas de extensão rural.
Palavras-chave: EMPREENDEDORISMO, ASSOCIATIVISMO, AGRICULTURA FAMILIAR, DESENVOLVIMENTO RURAL E INCLUSÃO PRODUTIVA.
Abstract: The present study aims to promote entrepreneurship focused on associativism in a rural community in a situation of vulnerability, specifically in the José Arnaldo Camp, linked to the MST. Methodologically, this is an applied research, with a qualitative approach and a descriptive nature, developed through extension intervention. Initially, a socioeconomic diagnosis of the community was carried out, identifying limitations such as low productive organization, restricted access to the market, and unstable income generation. Based on this, training actions, workshops, and participatory activities were implemented, aimed at developing entrepreneurial skills and collective organization. As main results, the creation of prototypes of entrepreneurial actions and the preparation of support materials for the process of development/strengthening of cooperation stand out, as well as the promotion of commercialization and improvement in income generation from vegetable production. In addition, the development of individual initiatives was observed, later articulated with associativism, expanding the socioeconomic impacts. It is concluded that the integration between entrepreneurship and associativism constitutes an effective strategy for productive inclusion, community strengthening, and reduction of inequalities in rural areas, being enhanced by continuous rural extension actions. The findings highlight the importance of integrating individual and collective strategies to foster sustainable rural development and reduce socioeconomic inequalities.

Keywords: ENTREPRENEURSHIP, ASSOCIATIVISM; FAMILY FARMING; RURAL DEVELOPMENT, PRODUCTIVE INCLUSION.

1. Introdução

A vulnerabilidade socioeconômica afeta uma parcela significativa da população brasileira, comprometendo a qualidade de vida em decorrência de limitações no acesso à educação, ao trabalho e à geração de renda. Trata-se de um fenômeno multifatorial que contribui para a reprodução de desigualdades sociais (SANTOS, 2022).

No meio rural, essa condição se intensifica devido a desigualdades históricas associadas à concentração fundiária e a modelos de desenvolvimento excludentes, que limitaram o acesso de diversas comunidades a recursos produtivos e oportunidades econômicas. Como consequência, muitas famílias enfrentam dificuldades na organização produtiva, na geração de renda e na inserção em mercados locais (BEZERRA, 2013).

Embora o agronegócio represente um dos principais pilares da economia nacional, sendo responsável por significativa geração de riqueza, empregos e pelo destaque do país no mercado internacional, especialmente na exportação de commodities agrícolas, seus benefícios não são distribuídos de forma homogênea no território (NOGUEIRA, 2024). Esse setor, apesar de altamente produtivo e tecnificado, ainda convive com profundas desigualdades estruturais, nas quais pequenos produtores e comunidades rurais, muitas vezes, permanecem à margem desse desenvolvimento, enfrentando limitações de acesso a crédito, tecnologias, assistência técnica e mercados. Em razão disso, observa-se um contraste entre a força econômica do agronegócio e a realidade de vulnerabilidade vivenciada por grande parte da população do campo, o que reforça a necessidade de estratégias mais inclusivas de desenvolvimento rural (QUINTAM, 2023).

À luz desse contexto, torna-se evidente que, apesar da relevância econômica do agronegócio, é necessário adotar estratégias que promovam maior inclusão produtiva e geração de renda no meio rural, especialmente para pequenos produtores e comunidades em situação de vulnerabilidade, já que mesmo que tenham potencial, infelizmente faltam canais que ligam o campo com as oportunidades de comercialização da cidade.

Diante dessa realidade, o empreendedorismo surge como uma alternativa estratégica, capaz de transformar essa realidade, fortalecer a autonomia econômica, a valorização das iniciativas locais e a inserção desses grupos no mercado. Mais do que a criação de negócios individuais, ele representa o ponto de partida para a organização produtiva e social,

permitindo que iniciativas locais avancem e se consolidem por meio da associação de esforços. (BANDEIRA; SILVA, 2023).

Diante desse cenário, ações de extensão voltadas à capacitação e organização comunitária tornam-se fundamentais para promover transformações concretas nessas realidades. Nessa perspectiva, o empreendedorismo no campo não se limita ao crescimento individual, mas abre caminho para práticas coletivas que possibilitam às comunidades rurais sair da pobreza ou, ao menos, conquistar oportunidades de inserção no mercado, garantindo condições de permanência no meio rural e de sustento para suas famílias.

No contexto das comunidades vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), essas dificuldades tornam-se ainda mais complexas, uma vez que muitos acampamentos enfrentam limitações estruturais, insegurança quanto à posse da terra e dificuldades de acesso a políticas públicas e mercados. Apesar desses desafios, essas comunidades apresentam potencial produtivo e forte organização social, o que reforça a importância de estratégias que promovam o desenvolvimento econômico aliado ao fortalecimento coletivo (ARAÚJO,2024).

Assim, o empreendedorismo se conecta diretamente ao associativismo, que se apresenta como uma continuidade desse processo. Ao unir produtores em torno de objetivos comuns, o associativismo fortalece a cooperação, amplia o acesso a recursos, conhecimentos e mercados, e potencializa os resultados das iniciativas empreendedoras.

Em comunidades vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como o Acampamento José Arnaldo, essa integração entre empreender e se associar torna-se essencial, pois a organização coletiva transforma esforços individuais em ações mais estruturadas, capazes de gerar renda, promover inclusão produtiva e impulsionar o desenvolvimento rural de forma mais justa e sustentável.

Nesse sentido, torna-se fundamental compreender, a partir da literatura, como o empreendedorismo e o associativismo podem contribuir para o desenvolvimento de comunidades rurais. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo promover o empreendedorismo voltado ao associativismo no Acampamento José Arnaldo, buscando contribuir para a organização produtiva, geração de renda e fortalecimento socioeconômico da comunidade.

O presente estudo contribui para o campo do Desenvolvimento Rural ao evidenciar, por meio de uma abordagem aplicada e extensionista, como a integração entre empreendedorismo e associativismo pode atuar como estratégia complementar para a

promoção da inclusão produtiva em comunidades rurais vulneráveis. Ademais, o trabalho avança ao demonstrar que iniciativas individuais podem servir como ponto de partida para a construção de estruturas coletivas mais robustas, ampliando os impactos socioeconômicos e a sustentabilidade das ações no contexto da agricultura familiar.

2. Revisão da Literatura

2.1. Agricultura familiar como geração de renda no meio rural

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental na produção de alimentos, contribui para a inserção do Brasil entre os principais produtores do agronegócio mundial, além de promover a geração de renda no meio rural e favorecer a permanência das famílias no campo.

De acordo com Van der Ploeg, (2018) , o conceito de agricultura familiar evidencia as particularidades nas relações de propriedade, controle e trabalho, sendo caracterizada como uma unidade produtiva gerida pela família, na qual a maior parte, ou a totalidade, da força de trabalho é proveniente do próprio núcleo familiar. Em complemento, as decisões relacionadas às atividades produtivas são, em geral, tomadas pelos próprios membros da família .

De acordo com a Lei 11.326/2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar, caracteriza-se como empreendimento rural familiar aquele que detém uma área de até quatro módulos fiscais, onde a família ali estabelecida tenha renda predominantemente oriunda das próprias atividades, que a mão de obra seja também predominantemente de origem familiar, bem como a gestão do empreendimento realizado por um membro da família. Entre a divisão da população urbana e rural, destaca-se que cerca de 13,8% da população brasileira está inserida no meio rural (FAO, 2017).

Diante do exposto, evidencia-se a relevância da agricultura familiar no cenário rural brasileiro, tanto do ponto de vista social quanto econômico. Embora sejam fundamentais para a transformação sustentável dos sistemas agrícolas, esses grupos ainda estão entre os mais afetados pela pobreza e vulnerabilidade (FAO, 2020).

Ademais, estima-se que cerca de 75% das pessoas mais pobres do mundo vivem em áreas rurais e dependem diretamente da agricultura para sua subsistência (FAO; IFAD, 2019). para sua subsistência, com os agricultores familiares, em particular os pequenos produtores de alimentos, mulheres, jovens, povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos estão entre aqueles que enfrentam os mais altos níveis de riscos econômicos e sociais, em comunidades em situação de vulnerabilidade, como acampamentos e assentamentos, a

atividade agrícola assume também uma função social, ao possibilitar a subsistência e a construção de autonomia econômica.

Dessa forma, a produção rural pode ser compreendida como uma prática empreendedora, uma vez que envolve a identificação de oportunidades, o aproveitamento dos recursos disponíveis e a busca por inserção no mercado. Ademais, diante das limitações enfrentadas individualmente, a organização coletiva por meio do associativismo apresenta-se como uma estratégia essencial para fortalecer a produção, ampliar o acesso a mercados e promover o desenvolvimento local.

2.2. Empreendedorismo como estratégia de inclusão produtiva.

No cenário internacional, o empreendedorismo tem sido amplamente reconhecido como um dos principais motores do desenvolvimento econômico, da inovação e da geração de empregos. De acordo com o Global Entrepreneurship Monitor, a atividade empreendedora está presente em diferentes economias e assume papel estratégico tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, contribuindo para a dinamização dos mercados e a criação de novas oportunidades.

No contexto brasileiro, o empreendedorismo tem se destacado como uma alternativa relevante diante das limitações do mercado de trabalho formal, sendo frequentemente impulsionado tanto por oportunidade quanto por necessidade, especialmente em cenários de vulnerabilidade socioeconômica (BANDEIRA; SILVA, 2023).

O empreendedorismo social, por sua vez, tem ganhado destaque como alternativa eficaz para o enfrentamento de desafios sociais e ambientais, ao articular propósito social e práticas empreendedoras, valorizando a geração de impacto positivo e valor compartilhado. Em um cenário marcado por desigualdades e exclusão, consolida-se como importante instrumento de transformação, promovendo soluções sustentáveis e alinhadas às demandas das comunidades (BONFIM; PARISOTTO; MIRANDA, 2022).

Além disso, o empreendedorismo envolve a capacidade de identificar oportunidades mesmo em contextos adversos, aspecto especialmente relevante em comunidades rurais em situação de vulnerabilidade, onde limitações estruturais exigem soluções criativas para geração de renda. Nesse contexto, consolida-se como estratégia de inclusão produtiva, ao possibilitar a transformação de recursos limitados em oportunidades concretas.

Assim, torna-se possível produzir de forma viável para inserção no mercado e construção de vantagem competitiva, mesmo diante de restrições. Trata-se não apenas de

alternativa econômica, mas de meio de permanência no meio rural, garantindo subsistência e autonomia. Nesse cenário, destaca-se a capacidade de adaptação dos produtores, evidenciando seu papel ativo no desenvolvimento local. (MELÔNIO, 2023).

2.2.1 Educação empreendedora

A educação empreendedora constitui uma estratégia voltada ao desenvolvimento de competências relacionadas à identificação de oportunidades, à tomada de decisões e à resolução de problemas, contribuindo para a autonomia dos indivíduos em diferentes contextos sociais. De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), seu objetivo é estimular atitudes e mentalidades empreendedoras orientadas à criação de soluções e à geração de oportunidades (SEBRAE, 2020).

À vista disso, a formação empreendedora amplia as possibilidades de inserção no mundo do trabalho, ao favorecer o desenvolvimento de iniciativas próprias e a atuação de forma mais independente, não se restringindo ao emprego formal (LOPES; LIMA, 2019).

No meio rural, essa abordagem assume papel estratégico, especialmente entre pequenos agricultores em situação de vulnerabilidade, nos quais a ausência de capacitação técnica e gerencial limita a consolidação de atividades produtivas sustentáveis. Em comunidades vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), essas limitações são ainda mais evidentes, em função do acesso restrito à informação, aos mercados e às políticas públicas.

Nesse sentido, a educação empreendedora contribui para o desenvolvimento de habilidades práticas que possibilitam aos agricultores organizar sua produção, adotar estratégias de comercialização e ampliar sua inserção econômica. Além disso, favorece o fortalecimento das capacidades locais e a construção de alternativas produtivas mais sustentáveis. Dessa forma, consolida-se como uma ferramenta relevante para a promoção da inclusão produtiva e o fortalecimento socioeconômico de comunidades rurais, ao contribuir para a geração de oportunidades e para a dinamização das atividades econômicas locais (MEDEIROS, 2022).

2.3. Desafios da Agricultura Familiar e o Papel do Associativismo

Agricultores de menor porte enfrentam diversas limitações na produção e comercialização, muitas associadas a falhas de mercado. Entre os principais entraves, destacam-se os elevados custos de transação na aquisição de insumos, a deficiência de infraestrutura, o distanciamento dos grandes centros consumidores, as dificuldades de acesso

ao crédito, a limitação no uso de tecnologias modernas e a baixa inserção em mercados mais amplos, inclusive internacionais. Além disso, o uso ineficiente dos recursos produtivos compromete o desempenho dessas atividades (SOUSA FILHO; BONFIM, 2013 apud RAMOS; VIEIRA FILHO, 2023).

Diante desse cenário, políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar tornam-se essenciais, especialmente aquelas que incentivam a produção e reduzem vulnerabilidades, incluindo ações de estímulo à organização coletiva (ALVES; SOUZA, 2015 apud RAMOS; VIEIRA FILHO, 2023).

Evidências indicam que a organização de pequenos produtores em associações e cooperativas contribui para superar essas limitações, ampliando o acesso a mercados, insumos e tecnologias, além de melhorar as condições de negociação e competitividade. A literatura evidencia a organização coletiva como estratégia eficaz para o enfrentamento de limitações estruturais no meio rural, conforme demonstram estudos de (ABATE et al., 2014; BERNARD et al., 2008; BERNARD; SPIELMAN, 2009; BERNARD et al., 2013; CHARLES et al., 2019; FISCHER; QAIM, 2012; MA; ABDULAI, 2019; NARROD et al., 2009; NAZIRI et al., 2014; WOSSEN et al., 2017 apud RAMOS; VIEIRA FILHO, 2023).

Assim, o associativismo configura-se como uma estratégia central, caracterizada como uma forma de organização coletiva, democrática e sem fins lucrativos, na qual indivíduos se unem para alcançar interesses comuns e promover benefícios coletivos. Destacam-se a participação ativa dos membros, a autogestão e o diálogo, além de seu papel no fortalecimento social e econômico, especialmente no meio rural (SANTOS; MARTINS; CARDOSO, 2022).

Nessa linha de raciocínio, o associativismo em comunidades vulneráveis, como o Acampamento José Arnaldo, constitui uma estratégia para ampliar o acesso a renda, mercados e oportunidades, o que reforça a proposta deste estudo ao evidenciar, na prática, o associativismo como uma solução viável para a inclusão produtiva e o fortalecimento socioeconômico em contextos de vulnerabilidade.

2.3.1 Associativismo Rural como Estratégia de Desenvolvimento Socioeconômico

Agricultores familiares tendem a adotar o associativismo como uma estratégia de enfrentamento às limitações impostas pela dinâmica da sociedade capitalista. Baseado na cooperação e na solidariedade, esse modelo é visto como um meio de reduzir desigualdades historicamente presentes no meio rural, além de possibilitar melhores condições de acesso a

equipamentos, políticas públicas de apoio e inserção no mercado, contribuindo para o fortalecimento econômico e social desses produtores (SOUZA, 2016; OLIVEIRA, 2012 apud SANTOS; MARTINS; CARDOSO, 2022).

Adicionalmente, o associativismo rural pode ser entendido como uma resposta às transformações do modelo de desenvolvimento agrário, historicamente marcado pela concentração fundiária e pela adoção de tecnologias da Revolução Verde, que favoreceram os grandes produtores. Nesse cenário, os agricultores familiares permaneceram à margem desse processo, mantendo práticas tradicionais e apresentando baixos níveis de produtividade e renda (PELEGRINI; SHIKI; SHIKI, 2015 apud SANTOS; MARTINS; CARDOSO, 2022).

Assim, o associativismo rural emerge como uma estratégia de organização e resistência, permitindo a permanência dos agricultores no meio rural por meio da adoção de práticas coletivas, projetos alternativos e tecnologias sustentáveis (CLEMENTE; OLIVEIRA; STURZA, 2015; SANTOS; MARTINS; CARDOSO, 2022).

Além disso, o associativismo configura-se como um espaço de luta por melhores condições de vida, tanto no âmbito social quanto econômico, especialmente por meio da reivindicação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar. O acesso a essas políticas contribui para o fortalecimento das atividades produtivas, melhoria da renda e garantia de direitos desses agricultores (AMORIM; SILVA, 2015 apud SANTOS; MARTINS; CARDOSO, 2022).

Por fim, no contexto brasileiro, o surgimento e a consolidação do associativismo rural estão associados a diferentes fatores, destacando-se a busca por aumento da renda e maior acesso a políticas públicas. Dessa forma, as associações rurais têm se consolidado como instrumentos fundamentais para o desenvolvimento rural, ao viabilizarem tanto as atividades econômicas quanto sociais dos agricultores e favorecerem sua inserção no mercado (AMORIM; SILVA, 2015 apud SANTOS; MARTINS; CARDOSO, 2022).

2.4. O papel da extensão na redução da vulnerabilidade no meio rural

A vulnerabilidade no meio rural não deve ser compreendida apenas sob a perspectiva da insuficiência de renda, mas como um fenômeno multidimensional que envolve diversas limitações estruturais. Entre essas limitações, destacam-se as dificuldades de acesso a recursos produtivos, como terra, insumos e tecnologias, além das barreiras relacionadas à inserção em mercados e ao acesso a políticas públicas. Esse conjunto de fatores compromete o desenvolvimento das atividades produtivas e restringe as possibilidades de melhoria das

condições de vida das populações rurais, especialmente no caso da agricultura familiar (FAO, 2018; SCHNEIDER; CASSOL, 2017).

Com base nisso, a vulnerabilidade rural está diretamente associada a desigualdades históricas e estruturais que afetam a capacidade dos produtores de se adaptarem às exigências do mercado e às transformações do setor agrícola. A ausência de assistência técnica qualificada, a limitação no acesso à informação e a baixa articulação institucional agravam ainda mais esse cenário, dificultando a adoção de estratégias mais eficientes de produção e comercialização (IFAD, 2016; WORLD BANK, 2017).

Diante dessa realidade, a extensão rural assume um papel fundamental como instrumento de apoio ao desenvolvimento no campo. Sua atuação se caracteriza como um elo entre o conhecimento técnico-científico e a realidade dos produtores, possibilitando a adaptação de tecnologias e práticas às condições locais. Por meio da extensão rural, ocorre a difusão de inovações, técnicas produtivas e estratégias organizacionais que contribuem para o fortalecimento das atividades agrícolas e para a melhoria da gestão das propriedades (CAPORAL; COSTABEBER, 2015).

Além disso, a extensão rural também desempenha um papel importante na promoção da organização coletiva, incentivando a formação de associações, cooperativas e outras formas de articulação social. Esse processo contribui para ampliar o acesso dos produtores a mercados, políticas públicas e recursos produtivos, reduzindo, assim, os efeitos da vulnerabilidade (PEIXOTO, 2014).

Sob essa ótica, a integração entre extensão rural e estratégias de desenvolvimento local mostra-se essencial para promover a inclusão produtiva e o fortalecimento socioeconômico das comunidades rurais. Ao atuar de forma articulada com outras iniciativas, como o associativismo e o empreendedorismo, a extensão rural contribui para a construção de alternativas sustentáveis que favorecem a permanência dos agricultores no campo e a melhoria de sua qualidade de vida (FAO, 2018).

3. Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, tendo como objetivo promover ações de capacitação voltadas ao empreendedorismo e ao associativismo em comunidade rural em situação de vulnerabilidade. Do ponto de vista dos procedimentos, trata-se de um estudo de caráter descritivo,

desenvolvido por meio de intervenção extensionista, buscando compreender e contribuir para a realidade social dos participantes.

A pesquisa foi realizada no Acampamento José Arnaldo, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Figura 1), composto por famílias que enfrentam limitações relacionadas ao acesso a recursos produtivos, mercado e oportunidades de geração de renda.

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo

(Petrolina, PE, Projeto Senador Nilo Coelho, Núcleo 04,Acampamento José Arnaldo.)

Fonte: Adaptado de Google Earth.

O público-alvo foi constituído por moradores da comunidade, incluindo homens, mulheres, jovens e adultos interessados em participar das atividades propostas. Os participantes foram selecionados por adesão voluntária, considerando o interesse em participar das atividades propostas. No total, participaram aproximadamente 60 indivíduos ao longo do período de execução do projeto. O perfil dos participantes incluiu agricultores familiares, com diferentes níveis de experiência produtiva e acesso limitado a recursos técnicos e financeiros.

Inicialmente, realizou-se um diagnóstico da realidade local com o objetivo de identificar potencialidades produtivas e limitações estruturais da comunidade, os dados levantados estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Diagnóstico socioeconômico inicial da comunidade.

ASPECTO ANALISADO	SITUAÇÃO ANTES DO PROJETO
Acesso ao mercado	Limitado
Produção agrícola	Baixa e desorganizada
Organização coletiva	Inexistente
Geração de renda	Instável

Assistência técnica	Limitada

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

As ações foram desenvolvidas por meio da aplicação de conhecimentos relacionados ao empreendedorismo e ao associativismo, utilizando estratégias como capacitações, palestras, oficinas e dinâmicas participativas. Durante essas atividades, buscou-se estimular o desenvolvimento de habilidades empreendedoras, a identificação de oportunidades de negócio e a importância da organização coletiva como estratégia de fortalecimento econômico e social.

Figura 2 – Participação da comunidade nas atividades de capacitação e organização coletiva no Acampamento José Arnaldo.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A partir do diagnóstico realizado, foram identificadas possibilidades de desenvolvimento de atividades produtivas na comunidade, com destaque para a implantação de uma horta, considerando as condições locais e o potencial de comercialização. Nesse sentido, as ações extensionistas incluíram apoio técnico, organizacional e à comercialização dos produtos. Paralelamente, foram realizadas capacitações voltadas à estruturação de empreendimentos individuais e coletivos, incluindo organização, planejamento e gestão. Também foram desenvolvidas ações de sensibilização e orientação acerca da formação de associações, abordando etapas, importância e benefícios da organização coletiva para o fortalecimento da comunidade.

A coleta de dados ocorreu de forma qualitativa, por meio de observação direta e registros das atividades e interações dos participantes. Posteriormente, as informações foram organizadas e analisadas de forma descritiva, permitindo compreender o nível de engajamento e as contribuições das atividades para a comunidade. Destaca-se que as ações resultaram na implementação de iniciativas produtivas e no incentivo à criação de empreendimentos locais,

cujos desdobramentos serão discutidos na seção de resultados. O projeto foi desenvolvido em etapas: diagnóstico, planejamento, execução e avaliação.

Todo o processo foi conduzido respeitando as particularidades sociais e culturais dos participantes, com foco na promoção da autonomia, geração de renda e fortalecimento da organização coletiva. A utilização de múltiplas fontes de evidência, conforme preconizado por Laurence Bardin, permitiu a triangulação dos dados, aumentando a confiabilidade e a robustez das análises realizadas.

4. Discussão dos Resultados

Os resultados obtidos evidenciam que a intervenção extensionista promoveu mudanças significativas na organização produtiva e social da comunidade, sendo possível observar transformações tanto no nível individual quanto coletivo**.** A partir do diagnóstico inicial realizado na comunidade, conforme descrito na metodologia, foi possível identificar limitações estruturais, mas também potencialidades produtivas relevantes.

Entre essas, destacou-se a viabilidade da produção de hortaliças, considerando fatores como disponibilidade de mão de obra, conhecimento prévio dos moradores, condições ambientais favoráveis e demanda local por alimentos frescos. Essa identificação reforça a importância do diagnóstico participativo como instrumento fundamental para o planejamento de ações extensionistas eficazes, alinhadas à realidade dos sujeitos envolvidos (MINAYO, 2014).

Os dados apresentados no Quadro 1 evidenciam as principais limitações estruturais da comunidade antes da intervenção, destacando aspectos como o acesso limitado ao mercado, a baixa organização produtiva e a inexistência de práticas coletivas estruturadas, fatores que contribuem diretamente para a manutenção da vulnerabilidade socioeconômica.

Com base nesse levantamento, a implantação de uma horta comunitária constituiu-se como estratégia central para a organização produtiva e geração de renda, conforme apresentado na figura 3.

Figura 3 – Implantação e desenvolvimento da horta comunitária

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A implementação da horta comunitária contribuiu para o aumento da produção de hortaliças e para a melhoria na segurança alimentar das famílias envolvidas. Além disso, a organização coletiva das atividades produtivas favoreceu a otimização do uso dos recursos disponíveis, corroborando estudos que apontam o associativismo como fator determinante para ganhos de eficiência em sistemas de agricultura familiar.

A escolha dessa atividade também dialoga com a lógica do agronegócio em sua escala local, uma vez que a produção de hortaliças representa um segmento importante dentro das cadeias produtivas agrícolas, especialmente no que se refere ao abastecimento de mercados locais e à agricultura familiar, os principais impactos dessa iniciativa estão apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Impactos da implantação da horta comunitária.

INDICADOR	ANTES DA INTERVENÇÃO	APÓS A INTERVENÇÃO
Produção de hortaliças	Baixa	Aumentada
Organização produtiva	Individual	Coletiva
Comercialização	Ausente	Presente
Geração de renda	Limitada	Em crescimento
Participação comunitária	Baixa	Alta

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Observou-se que aproximadamente 80% dos participantes passaram a se envolver de forma ativa nas atividades coletivas, evidenciando um aumento significativo no nível de engajamento comunitário após a intervenção.

Conforme observado no quadro 2, a implantação da horta comunitária promoveu avanços significativos em diversos aspectos, incluindo o aumento da produção, a transição de um modelo individual para coletivo e o início da comercialização dos produtos. Esses resultados evidenciam que a organização coletiva possibilitou não apenas a produção, mas também a inserção no mercado e a geração de renda, conforme a figura 4.

Figura 4 – Divulgação da produção de hortaliças orgânicas desenvolvida pela comunidade.

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A implantação da horta ocorreu de forma colaborativa, envolvendo diretamente os membros da comunidade em todas as etapas do processo, desde o preparo do solo até o plantio e manejo das culturas. Esse resultado reforça a ideia de que a cooperação entre produtores é essencial para superar limitações estruturais, conforme destacado pela literatura sobre desenvolvimento rural.

Observou-se que, devido ao associativismo e à cooperação entre os participantes, o processo foi realizado de maneira ágil e eficiente, evidenciando que a organização coletiva reduz dificuldades operacionais e potencializa resultados. Esse aspecto confirma que o trabalho coletivo contribui significativamente para a otimização de recursos e para a superação de limitações individuais (SINGER, 2002; SCHNEIDER, 2010).

Além da dimensão produtiva, a horta comunitária desempenhou um papel estratégico na promoção da inclusão produtiva e na geração de renda. A organização dos produtores em torno de um objetivo comum possibilitou o acesso a mercados locais como hortifruti, mercados e as vizinhanças, viabilizando a comercialização das hortaliças produzidas. Esse resultado demonstra que o associativismo não apenas fortalece a produção, mas também

amplia as oportunidades de inserção no mercado, superando uma das principais limitações identificadas no diagnóstico inicial.

Outro ponto relevante refere-se ao fortalecimento do capital social da comunidade. A construção coletiva da horta estimulou relações de cooperação, confiança e solidariedade entre os participantes, aspectos fundamentais para o desenvolvimento de iniciativas sustentáveis no meio rural. Esse processo evidencia que o associativismo vai além da dimensão econômica, contribuindo também para o fortalecimento das relações sociais e da identidade coletiva (BRANDÃO 2022; ABRAMOVAY, 1998).

Do ponto de vista metodológico, os resultados obtidos confirmam a eficácia da abordagem qualitativa e da intervenção extensionista adotada, uma vez que a participação ativa dos sujeitos no processo de construção das soluções favoreceu maior engajamento e apropriação das iniciativas.

A observação direta e o acompanhamento das atividades permitiram identificar avanços não apenas na dimensão produtiva, mas também no desenvolvimento de competências empreendedoras e na valorização do trabalho coletivo. Paralelamente à horta comunitária, a aplicação da educação empreendedora possibilitou a estruturação de um empreendimento no setor de alimentação, desenvolvido a partir da realidade de uma moradora da comunidade.

Nesse processo, foram trabalhados aspectos essenciais para a consolidação do negócio, incluindo organização produtiva, identidade visual, estratégias de marketing e comercialização, conforme evidenciado na Figura 5, o que demonstra que o empreendedorismo pode atuar como ponto de partida para a geração de renda e dinamização da economia local.

Figura 5 – Protótipo da identidade visual do empreendimento e entrega do material de apoio ao processo de criação e desenvolvimento do negócio.

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Entretanto, mais do que um resultado isolado, o empreendimento estruturado assumiu um papel estratégico dentro da dinâmica do projeto, funcionando como um catalisador para o desenvolvimento do associativismo. A relação entre empreendedorismo e associativismo é sintetizada no Quadro 1, evidenciando que o primeiro atua como base inicial, enquanto o segundo consolida e amplia os resultados por meio da organização coletiva.

Essa relação demonstra que o empreendedorismo e o associativismo não devem ser compreendidos como abordagens isoladas, mas como processos complementares, essa relação é sintetizada no Quadro 5.

Quadro 5-Relação entre empreendedorismo e associativismo no desenvolvimento rural.

EMPREENDEDORISMO (INDIVIDUAL)	ASSOCIATIVISMO (COLETIVO)
Iniciativa individual	Cooperação
Criação de negócio	Organização coletiva
Geração inicial de renda	Expansão da renda
Base do processo	Consolidação

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Enquanto o empreendedorismo estimula a iniciativa e a criação de oportunidades, o associativismo amplia essas ações ao promover cooperação, compartilhamento de recursos e fortalecimento coletivo.

Nesse sentido, os resultados obtidos reforçam que o empreendedorismo individual, embora relevante, apresenta maior efetividade quando integrado a processos coletivos de organização social. O associativismo amplia o poder de negociação, facilita o acesso a políticas públicas e fortalece a inserção em mercados mais estruturados, contribuindo para a redução das desigualdades no meio rural (GAZOLLA; SCHNEIDER 2013).

Esses achados estão em consonância com as contribuições de Ricardo Abramovay, que destaca a importância das formas coletivas de organização para o fortalecimento da agricultura familiar, bem como com Sergio Schneider, ao enfatizar o papel das estratégias locais na promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Além disso, a experiência demonstrou que o empreendimento individual pode atuar como referência para outros membros da comunidade, estimulando novas iniciativas e fortalecendo a cultura empreendedora local, o que contribui diretamente para a consolidação

do associativismo. Dessa forma, os resultados demonstram que a integração entre educação empreendedora e associativismo constitui uma estratégia consistente para o desenvolvimento rural sustentável.

Apesar dos avanços observados, o estudo apresenta limitações, especialmente no que se refere ao tempo de acompanhamento das ações e à ausência de indicadores quantitativos mais robustos que permitam mensurar com maior precisão os impactos econômicos das intervenções. Além disso, por se tratar de um estudo de caso, os resultados não podem ser generalizados para todas as realidades rurais, sendo recomendada a realização de estudos futuros em diferentes contextos.

Diante dos resultados positivos obtidos, as ações extensionistas tiveram continuidade, ampliando seu alcance para outros produtores rurais da região. Como desdobramento dessas iniciativas, foi criado o Núcleo Interdisciplinar de Desenvolvimento Econômico, Empreendedorismo, Inovação e Administração Rural (IDEEIAR), com o objetivo de fortalecer e expandir as atividades de capacitação em empreendedorismo e associativismo.

A partir desse núcleo, novas ações vêm sendo desenvolvidas, promovendo a difusão do conhecimento e o fortalecimento da organização produtiva em outras comunidades, evidenciando o potencial de replicabilidade e sustentabilidade da proposta, conforme ilustrado na Figura 6 e 7.

Figura 6 -Equipe do núcleo IDEEIAR e identidade visual do projeto, evidenciando a consolidação das ações extensionistas.

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Figura 7- Capacitações sobre empreendedorismo a favor do associativismo realizadas em diferentes comunidades rurais.

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Do ponto de vista prático, os resultados indicam que políticas públicas e ações de extensão rural devem considerar a integração entre estratégias individuais e coletivas como forma de potencializar a inclusão produtiva. A replicação desse modelo em outras comunidades pode contribuir para a redução das desigualdades e para o fortalecimento do desenvolvimento rural sustentável.

Esses resultados são semelhantes aos observados em estudos sobre agricultura familiar e organização coletiva, que apontam o associativismo como fator determinante para o aumento da eficiência produtiva e melhoria da renda em contextos rurais vulneráveis (RAMOS,2023; SANTOS 2022)

Conclui-se que o empreendedorismo e o associativismo, quando articulados, constituem estratégias complementares e eficazes para a promoção da inclusão produtiva em comunidades rurais vulneráveis. O empreendedorismo atua como elemento dinamizador inicial, enquanto o associativismo garante a sustentabilidade e a ampliação dos resultados ao longo do tempo. Dessa forma, o estudo reforça a importância de abordagens integradas no âmbito da extensão rural, contribuindo tanto para o avanço do conhecimento científico quanto para a transformação social em contextos de vulnerabilidade.

5. Considerações finais

Os resultados evidenciam que a articulação entre empreendedorismo e associativismo constitui uma estratégia eficaz para o enfrentamento das desigualdades no meio rural.

A experiência demonstrou que, embora o empreendedorismo atue como ponto de partida para a geração de iniciativas produtivas, é por meio da organização coletiva que essas ações se consolidam, ampliando a geração de renda, o acesso a mercados e o fortalecimento social.

Destaca-se, como principal contribuição deste estudo, a aplicação prática de um modelo integrado entre empreendedorismo e associativismo em uma comunidade rural em situação de vulnerabilidade, evidenciando seu potencial como estratégia de desenvolvimento local. Ressalta-se, contudo, que a consolidação desses resultados depende da continuidade das ações e do apoio institucional ao longo do tempo.

Por fim, a criação do Núcleo Interdisciplinar de Desenvolvimento Econômico, Empreendedorismo, Inovação e Administração Rural (IDEEIAR) reforça o potencial de

continuidade e replicabilidade da proposta, contribuindo para o fortalecimento de iniciativas coletivas e para a ampliação das oportunidades de inclusão produtiva no meio rural.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 1998.

ALVES, Raiane de Alencar; LUZ, Marcos Vidal da; SILVA, Alandey Severo Leite da. Empreendedorismo 4.0: conceitos e definições. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas, v. 5, n. 1, p. 119–136, 2020.

ARAÚJO CHERSONI, Felipe de. A criminologia campesina: os impactos do controle social na luta pela terra junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região do Planalto Catarinense. 2024.

BANDEIRA, Paulo Vitor Ribeiro; SILVA, Thiago Sousa. Motivações para o empreendedorismo: necessidade e oportunidade. ID on line: Revista de Psicologia, v. 17, n. 66, p. 190–208, 2023.

BEZERRA, M. dos R. Associativismo Rural: estratégia de participação dos agricultores familiares para afirmação e defesa dos seus direitos no mercado. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, 20 a 23 de agosto de 2013. Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2013.

BONFIM, G.; PARISOTTO, I. R. dos S.; MIRANDA, R. L. Os estágios do empreendedorismo social no projeto Gastromotiva. Revista de Gestão e Secretariado, v. 13, n. 2, p. 127–147, 2022.

BRANDÃO, Tatiana Frey Biehl et al. Organização social e gestão associativa rural entre mulheres no semiárido sergipano. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 61, n. 2, 2022.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e extensão rural. Brasília: MDA, 2015.

FAO. The state of food and agriculture 2018. Rome: FAO, 2018.

FAO. The state of food and agriculture 2020. Rome: FAO, 2020.

IFAD. Rural development report 2016. Rome: IFAD, 2016.

LIMA, (2016) – (referência incompleta, ver abaixo).

LOPES, Rose Mary Almeida; LIMA, Edmilson. Ensino de empreendedorismo no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. Revista brasileira de ciências sociais, v. 29, p. 159-178, 2014.

MEDEIROS, C. B. et al.. Inovação Social e Empreendedorismo Social: Uma análise sob a perspectiva da Economia Solidária. Revista Gestão, v.15, n.1, p.61-72, 2017. Disponível em:https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/view/22222.

MELÔNIO, Eula Pereira Moura. Ferramenta 5W2H. Dissertação (Mestrado), 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza.
O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MONTEIRO, Elideth Pacheco et al. Sucessão na agricultura familiar brasileira. Revista Brasileira de Educação do Campo, 2024.

NOGUEIRA, Matheus Lira; WANDER, Alcido Elenor. Inovação nas cadeias produtivas do agronegócio brasileiro. Revista Organizações em Contexto, 2024.

PEIXOTO, Marcus. Extensão rural no Brasil. Brasília: Senado Federal, 2014.

QUINTAM, Carlos Paim Rifan; ASSUNÇÃO, Gerfison Maico. Perspectivas e desafios do agronegócio brasileiro. RECIMA21, 2023.

RAMOS, Érica Basílio Tavares; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Desenvolvimento regional da agricultura familiar. Revista Brasileira de Economia, 2023.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

SCHNEIDER, Sérgio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, 2017.

SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Márcio (Org.).
Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2011.

SANTOS, Vaniele Silva; MARTINS, Márcia Eliana; CARDOSO, Poliana Oliveira.

Associativismo e desenvolvimento no contexto rural. Cadernos Macambira, 2022.

SEBRAE. Educação empreendedora: conceitos e práticas. Brasília: SEBRAE, 2020.

SILVA, Parley Lopes Bernini da et al. Empreendedorismo social. Ágora, 2022.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

WORLD BANK. World development report 2017. Washington, DC: World Bank, 2017.